

ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO

THIRD SECTOR ECONOMICS AND EDUCATION

Juliano Luis Borges¹
Sandro Benedito Sguarezi²

BORGES, J. L.; SGUAREZI, S. B. Economia solidária e educação. *Akrópolis* Umuarama, v. 27, n. 1, p. 3-10, jan./jun. 2019.

DOI: 10.25110/akropolis.v27i1.3842

¹Doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Pesquisador Associado do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade no Mundo do Trabalho (NECOMT) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Atualmente é Sociólogo da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Mato Grosso, onde foi Coordenador do Núcleo de Políticas para Economia Solidária (NUPES). Tem publicações na área de sociologia e economia solidária e organizou em parceria dois volumes dos livros da Série Sociedade Solidária, publicados pela Editora UNEMAT. Endereço: Rua 46, nº 67-N, Bairro Jardim Europa, Tangará da Serra, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.300-000. E-mail: jlb_br@yahoo.com.br.

² Professor Adjunto da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Pesquisador Membro do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade no Mundo do Trabalho (NECOMT/UNEMAT). Possui várias publicações sobre economia solidária e foi organizador em parceria de três volumes dos livros da Série Sociedade Solidária, publicados pela Editora UNEMAT. Coordenou o primeiro Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Economia Solidária do Brasil (2006 a 2008).

RESUMO: A economia solidária tem como finalidade o desenvolvimento de alternativas ao modelo econômico dominante, o qual vem gerando a impossibilidade de acesso de trabalhadores à subsistência material e a melhores condições de vida. A economia solidária, como base dos empreendimentos econômicos solidários, exige dinâmicas grupais participativas, dialógicas e uma educação que desenvolva saberes emancipatórios. O presente texto visa demonstrar a proposta pedagógica da economia solidária para o desenvolvimento de práticas baseadas na troca e construção de conhecimentos. Para isso, é apresentada uma reflexão com o objetivo de explorar conexões e alguns contornos da relação entre educação e economia solidária. O processo educativo decorre do múltiplo entrelaçamento dos sujeitos que proporcionam saberes construídos no interior dos grupos sociais - geradores de uma conscientização espontânea - e outros aprendizados construídos com agentes externos que apoiam as iniciativas de geração de trabalho e renda - constitutivos de uma conscientização induzida. A economia solidária proporciona mais que a viabilidade econômica de empreendimentos solidários, sua abrangência compreende diferentes formas de desenvolvimento que transcendem a satisfação material. Seu projeto está alicerçado na transformação da realidade de trabalhadores excluídos, que se mobilizam e se organizam na busca de alternativas para geração de trabalho e renda.

PALAVRAS-CHAVE: Economia solidária; Educação; Conscientização.

ABSTRACT: Third-sector economics is aimed at developing alternatives to the dominant economic model, which has generated a lack of access to the material survival of workers and better living conditions. The third-sector economics, as a basis of solidarity enterprises, requires participatory, dialogical and educational group dynamics in order to develop emancipatory knowledge. This paper aims at demonstrating the pedagogical proposal of third-sector economics to the development of practices based on knowledge exchange and construction. For this, it presents a discussion in order to explore connections and some faces of the relationship between education and third-sector economics. The educational process is a result of the multiple intertwining of subjects that provide knowledge constructed within social groups - generating a spontaneous awareness - and other learnings built with external agents that support work and income generating initiatives - constituting the generation of an induced awareness. The third-sector economics provides more than the economic viability of solidarity enterprises; its scope includes different forms of development that transcend material satisfaction. Its project is rooted in the transformation of the reality of excluded workers, who mobilize and organize themselves in search of alternatives for generating work and income.

KEYWORDS: Third-sector Economics; Education; Awareness.

Recebido em julho de 2012
Aceito em março de 2019

INTRODUÇÃO

O movimento de economia solidária representa uma das possibilidades de construção de projetos econômicos, sociais e pedagógicos que rompem com os padrões de conhecimento, de valores e de práticas hegemônicas na sociedade capitalista globalizada. Aqui, pode-se demonstrar a relevância social da solidariedade, da fraternidade, da cooperação e da autogestão. Têm esses princípios, por finalidades a gestão, a divulgação, a aplicação e a avaliação de práticas sociais que produzem alternativas de trabalho e de renda para os excluídos na perspectiva da emancipação e da transformação social, sem reproduzir a lógica do mercado e, sim, usar possibilidades alternativas sustentadas nesses princípios.

A economia solidária é uma iniciativa que não está no campo da macroestrutura. Constitui-se antes uma proposição que tem como espaço a micro-organização, o lugar onde está a possibilidade de realização de ações, de eventos, de iniciativas e de projetos que promovam a transformação social, econômica, política e epistemológica visando à inclusão social. O passo inicial está na educação que procura a formação de agentes multiplicadores nas organizações sociais e nas esferas públicas, por meio de um processo pedagógico dialógico, mais amplo e emancipatório.

A construção de saberes mediante experiências vivenciadas na economia solidária constitui, eminentemente um processo educativo, pois estabelece formas de aprendizado decorrentes de relações sociais em mobilizações políticas e interações no âmbito produtivo. Esses elementos carregam em si atos pedagógicos, construídos em espaços dialógicos, que se estabelecem por meio das diferenças individuais e dos sonhos coletivos, caracterizados por demandas particularmente locais. Articulado a esses saberes tem-se, fundamentalmente, o conhecimento gerado pelas demandas formativas, direcionado para a organização econômica do empreendimento solidário. Nessa perspectiva, agentes externos contribuem para a inserção de ferramentas gerenciais, as quais são essenciais para a entrada do empreendimento no circuito mercantil, garantindo sua viabilidade econômica.

Para analisar a relação entre educação e economia solidária, o presente trabalho realizará, primeiramente, a apresentação de elementos

conceituais sobre economia solidária. Esses referenciais são relacionados ao processo educativo como forma de construção de processos de conscientização dos agentes sociais envolvidos na dinâmica da economia solidária.

1. Economia Solidária

A economia solidária, tal qual é conhecida hoje, tem como seus antecedentes os pioneiros do cooperativismo operário e surgiu como uma reação auto-organizada durante a Revolução Industrial no século XVIII. Entre os pioneiros destacam-se: Robert Owen (1771-1858), William King (1786-1865), Charles Fourier (1772-1837), Philippe Buchez (1796-1865) e Louis Blanc (1812-1882). É, fundamentalmente, uma filosofia na qual o coletivo prevalece, e busca-se construir outra maneira de processar a economia, tendo base no trabalho e na distribuição equitativa do excedente adquirido e não na acumulação individual de riqueza com base na exploração do trabalho do outro.

Da experiência dos Pioneiros de Rochdale até chegar ao século XXI vem crescendo cada vez mais a importância dessas práticas. O maior desafio para as organizações é conseguir a cooperação de seus quadros para alcançar um objetivo comum. Mas dentro dos empreendimentos econômicos solidários pressupõe-se que isso ocorra de forma natural, afinal eles surgem para dar uma resposta às demandas do grupo que se auto-organizou. Nesse contexto, os movimentos sociais se articulam numa iniciativa de vanguarda no processo de construção de novas possibilidades numa sociedade cada vez mais excludente.

A economia solidária que é uma forma de produção fundamentada na mobilização e organização de trabalhadores, que visam à inserção produtiva através do trabalho baseado, essencialmente, na autogestão, cooperação, participação e solidariedade.

A economia solidária é um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com acepções variadas que giram ao redor da idéia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado. O termo foi cunhado na década de 1990, quando, por iniciativa de cidadãos, produtores e consumidores, despontaram inúmeras

ras atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática. As expressões da economia solidária multiplicaram-se rapidamente, em diversas formas: coletivos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização, empresas de trabalhadores, redes e clubes de troca, sistemas de comércio justo e de finanças, grupos de produção ecológica, comunidades produtivas autóctones, associações de mulheres, serviços de proximidade, etc. Essas atividades apresentam em comum a primazia da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material, o que se expressa mediante a socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 162).

É uma economia que, em tese, se contrasta com a economia capitalista, porque redefine o centro da atividade econômica, do capital para o trabalho, da maximização do lucro para o preço justo, da alienação da hiperespecialização para a politecnia, da competitividade abusiva para a solidariedade, reformata a lógica econômica hoje centrada no consumismo e recoloca a economia numa dimensão social, ética, cultural, ambiental e política.

Os empreendimentos econômicos solidários partilham, entre eles, lógicas fundamentais sob suas óbvias diferenças. Uma lógica fundamental é a autogestão. A autogestão, princípio da economia solidária é importante porque busca novas relações sociais e de trabalho. A organização coletiva é a principal premissa para o modelo de gestão característico da economia solidária, que se funda na democratização das decisões e cooperação nas relações de trabalho.

A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária (SINGER, 2002, p. 21).

A economia solidária apesar de seguir

uma lógica completamente diferente das empresas capitalistas assemelha-se no processo de decisão estratégica. Nas empresas privadas os administradores especializados são chamados para gerenciar o processo de tomada de decisão cotidiano, mas quem efetivamente decide estrategicamente são os controladores do capital que nem sempre são especialistas.

Esse processo é semelhante nas organizações autogeridas, porque quem toma as decisões mais importantes são os sócios em assembleia geral após amplo processo de discussão coletiva, e essa ampla mobilização de experiência que não fica apenas numa cúpula, como na empresa privada, é que faz a diferença qualitativa das empresas autogeridas. Ou seja, geralmente o processo de tomada de decisão estratégico nos empreendimentos econômicos solidários precisa de um horizonte de tempo maior para esgotar argumentações e ponderações dos sócios.

É no conflito entre capital e trabalho, na tensão entre a economia de mercado e a sociabilidade que a economia solidária se apresenta como um projeto de organização dos trabalhadores. É na diferença das relações de trabalho entre os seus sujeitos que se encontra ao mesmo tempo a tradição na busca do ideal do trabalho associado e a inovação da proposta. É na forma de gestão que se define, se o empreendimento é de economia solidária, ou não.

Esse movimento casa o princípio entre a posse e o uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com princípio da socialização desses meios (do capitalismo), [...] cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou participação direta [...] ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões ou negociações entre todos; destinação do excedente anual [...] também por critérios acertados entre os cooperados (SINGER, 2003, p. 13).

Em geral os empreendimentos de economia solidária estão na contra corrente do processo macroestrutural e se encontram em um processo contínuo de construção de aprendizagem. E para garantir a consolidação desses empre-

endimentos é fundamental pensar em: “[...] fontes de financiamento, redes de comercialização, assessoria técnico-científica, formação continuada dos trabalhadores e apoio institucional e legal por parte das autoridades governamentais” (SINGER, 2003, p. 23).

Portanto, a administração nesses empreendimentos não pode ser aplicada apenas como uma técnica social, na roupagem da autogestão ela se apresenta como uma arte inter e transdisciplinar, porque foge do enfoque tecnicista encontrado nas empresas capitalistas. Reafirma-se é preciso de uma mudança de paradigma mental dos próprios trabalhadores que foram educados para a heterogestão e agora enfrentam os desafios da autogestão. Compreender e superar esse desafio são fundamentais para a sustentabilidade desses empreendimentos. Por isso, as possibilidades da organização dos trabalhadores sob a forma de empreendimentos econômicos solidários perpassam pela compreensão e pela prática da autogestão. Dialogar sobre esse problema parece pertinente para compreender que a iniciativa da economia solidária requer uma prática de religação entre diferentes conceitos dentre eles o do desenvolvimento local sustentável, pois a realidade da economia solidária está umbilicalmente vinculada à proposta.

Os empreendimentos econômicos solidários comportam intrinsecamente o compromisso com o local e com essa perspectiva de sustentabilidade. Geralmente a proximidade dos indivíduos e a reciprocidade entre eles é um fator determinante de relações e de socialização. Além disso, essas alternativas articulam entre si o político, o econômico, o social e o ambiental, sem um prevalecer sobre o outro. Isso ocorre não só internamente, ultrapassa os limites físicos dessas organizações, promovendo uma transformação social interna e externa organizada pelas práticas dos empreendimentos econômicos solidários. No entanto, isso ocorre na medida em que os sujeitos desse processo mantêm vivo o processo de reflexão em relação às suas práticas internas e a sua relação com outros sujeitos e com a comunidade. Essa reflexão, internamente, reforça a identidade do grupo e consolida cada vez mais sua forma de organização coletiva, embora que dependente das relações externas essas relações internas garantem condições para que o grupo protagonize sua trajetória por meio de suas escolhas sendo

responsável pela condução de seu destino.

2. Educação solidária

A educação solidária é consolidada na produção coletiva dos saberes, na colaboração entre iguais para enfrentamento de problemas comuns àqueles que pertencem a determinado contexto. A possibilidade de inventar/reinventar soluções particulares para problemas específicos caracteriza a aplicabilidade prática de potenciais inerentemente vinculados à educação em seu sentido criativo. Criação esta, intrinsecamente demarcada pelos espaços de interação na tessitura dinâmica e inacabada das relações humanas.

Em nossa concepção, a educação solidária não é mera transmissora de conhecimentos indispensáveis ao trabalho criativo ou agenciadora de disposições afetivas para atividades de colaboração. A educação é aqui compreendida como uma das condições necessárias ao exercício da liberdade humana, permitindo não apenas a produção e interpretação de informações e a participação ativa em processos comunicativos, mas a própria autonomia das pessoas e das coletividades, mediadas por inúmeras relações sociais (MANCIE, 2003, p. 11).

A educação solidária é alicerçada não apenas à produção do conhecimento, mas à transmutação deste em práticas cotidianas, firmadas por compromissos tácitos entre agentes sociais na busca por melhores condições de trabalho e de convívio. A síntese da multiplicidade de desejos, necessidades e esperanças é delimitada pelas interações na realidade concreta, no limite da orientação subjetiva e a materialidade imposta pelas condições social, política e econômica.

Nesse encontro que se estabelecem vínculos objetivos entre sujeitos, calçados na transgressão da realidade imediata cerceadora do desenvolvimento individual e coletivo, da autonomia e da consciência crítica. Essa ruptura exprime anseios de comunidades e organizações sociais que mediam em seu interior o desejo de mudança, ligada à satisfação material e não-material (simbólica) de existência.

Esse tipo de relações participativas *conformam*, em consequência, essa trama existencial de intensa significação e sentido para os participantes. É no e

mediante o trabalho produtivo que os grupos definem a si mesmos, tanto no aspecto econômico com no educativo (GUTIÉRREZ, 2005a, p. 116, grifo do autor).

A educação solidária pressupõe a diversidade. Esta expressa no pluralismo cultural, político e econômico, uma vez que a existência humana é múltipla e agrega diferentes relações sociais entre atores particularmente diversos.

Os seres humanos são profundamente diversos. Somos diferentes uns dos outros não somente em características externas (p. ex., nas riquezas herdadas, no ambiente social e natural que vivemos), mas também em nossas características pessoais (p. ex., idade, sexo, propensão à doença, aptidões físicas e mentais). A avaliação das demandas de igualdade tem de se ajustar à existência de uma diversidade humana generalizada (SEN, 2001, p. 29).

Essa desigualdade inerente aos indivíduos não deve ser interpretada como um fenômeno justificador da exclusão. O que se vislumbra corresponde ao entendimento do diverso e a construção de estratégias que consigam alcançar tal amplitude.

A poderosa retórica da 'igualdade dos homens' tende freqüentemente a desviar a atenção destas diferenças. Ainda que tal retórica (p. ex., 'todos homens nascem iguais') seja em geral considerada parte essencial do igualitarismo, o efeito de ignorar-se as variações interpessoais pode ser, na verdade, profundamente não igualitário, ao esconder o fato de que a igual consideração de todos pode demandar um tratamento bastante desigual em favor dos que estão em desvantagem (SEN, 2001, p. 29-30).

A igualdade almejada pela economia solidária não está referenciada em princípios homogeneizadores dos agentes sociais, mas sim na busca de condições econômicas e sociais de melhoria de vida de uma determinada comunidade ou grupo. O aspecto principal dessa reflexão é buscar fragmentos de igualdade mergulhados numa diversidade imanente.

A economia solidária não é um projeto

homogeneizador e massificador. O popular é a expressão que enuncia a diversidade de experiências e dos movimentos formadores das manifestações populares que constituem e constroem alternativas para o desemprego, para o sem-terra, para os sem-cooperação (ZART, 2004, p. 179).

A criação de alternativas permite responder a uma situação de insustentabilidade em que se mobilizam recursos para reordenamento das ações no sentido de direcionar as práticas para as metas previamente determinadas. Essa premissa está presente na capacidade organizativa de grupos, que problematizam as dificuldades, articulam politicamente com agentes e instituições externas e desenvolvem soluções para as demandas econômicas e sociais.

O processo educativo que se pretende popular e solidário deve romper o paradigma pedagógico homogeneizador e incorporar novas dimensões que se articulam com o contexto histórico-cultural e a pluralidade que o compõe. "No processo de se encontrar e dar sentido, o sujeito coletivo desempenha um papel primordial. O processo chega a seu clímax quando o grupo consegue responder ao porquê e ao para quê de seu trabalho" (GUTIÉRREZ, 2005a, p. 116). Para isso, deve proporcionar meios pedagógicos que possibilitem o desenvolvimento de formas de conscientização, destacadas sequencialmente como conscientização espontânea – cotidianamente determinada – conscientização induzida – possibilitada por oficinas, cursos, palestras, seminários e congêneres.

2.1. Conscientização espontânea

A conscientização espontânea resulta de um amplo processo educativo relacionado à mobilização de grupos e comunidades a fim de, conjuntamente, criarem estratégias para romperem com uma situação de exclusão. Essa conscientização se dá dialogicamente na produção cotidiana da realidade, que é refletida na ação e/ou no discurso sócio-político.

Nós seres humanos, aprendemos uns com os outros e com o cotidiano, com base geradora de novas relações, da possibilidade de 'aprendizagem no dia-a-dia'. Em seu imediatismo e em suas experiências rotineiras ou extraordinárias, o cotidiano tem que ser sempre

um espaço que permita ler e fortalecer, compreender e expressar, assimilar e comunicar. A aprendizagem no dia-a-dia permite-nos crescer como seres humanos, porque somos, na medida em que conseguimos significar nossas relações [...]. É muito gratificante pensar que fundamentalmente construímos o futuro a partir de nosso dia-a-dia, se tornarmos as relações rotineiras e habituais conscientes e decisivas no processo de crescimento tanto pessoal quanto coletivo (GUTIÉRREZ, 2005a, p. 114-115).

As práticas solidárias, quando ordenadas coletivamente, dão origem à mudança e à percepção de que a organização é extremamente construtiva como potencial educativo. Isto significa que conhecimentos são gerados na medida em que as relações se desencadeiam e a realidade é resignificada por meio da participação de todos os agentes envolvidos.

Desta forma, a idéia de participação [...] é aquela que parte da premissa que a prática participativa, para ser efetiva, implica necessariamente processos contínuos e cumulativos de sociabilização, da produção de sociabilidades, de educação reflexiva e emancipadora; significa, ainda, a posse de informações cada vez mais amplas, totalizadoras e complexas e, sobretudo, a capacidade que adquirirem os sujeitos nesse processo, de produzir ou induzirem campos de conflitos capazes de gerar ou inventar novos valores, códigos, práticas e direitos para si e para toda a sociedade (ALMEIDA; VILLAR; NAKANO, 2004, p. 174).

O espaço dialógico da mobilização coletiva possibilita que as comunidades e grupos sociais se desenvolvam politicamente e valorizem os saberes produzidos nas interações entre agentes solidários. Os meios de construção de saberes são múltiplos e complexos, sendo fundamentalmente, constitutivos e integradores, pois impulsionam relações sociais que criam vínculos comunitários. “Isso significa que a dimensão comunitária, que vai muito além da dimensão individual e familiar, constitui uma contribuição substantiva e nova aos processos educativos inerentes ao desenvolvimento sócio-político” (GUTIÉRREZ, 2005, p. 23-24).

Entende-se essa dimensão como espaço de ações comuns, atreladas às demandas obje-

tivas e subjetivas de sujeitos diferenciados, que buscam, em articulações solidárias, estratégias de enfrentamento à exclusão produtiva e social. As situações de agrupamento em torno de situações aproximadas requerem reciprocidade; um comportamento que surge de práticas solidárias e aprendizagem sócio-política possibilitadas por arranjos participativos. As iniciativas solidárias promovem a descoberta do poder da ação coletiva e de seu potencial pedagógico, elemento transformador da consciência e, por conseguinte das práticas coletivas.

2.2. Conscientização induzida

A educação solidária não pode ser dissociada do conhecimento cientificamente elaborado; deve interagir para a produção de concepções originais, adequadas às localidades. Essa relação está presente na escola e em outros espaços próprios, vivenciada por metodologias adequadas, que provoquem o diálogo de conhecimento e a formação de conteúdos próprios.

Isso significa que a educação, voltada para os grupos sociais que se organizam com a finalidade de melhorar condições políticas e econômicas, incorpora informações externas ao contexto particular, uma vez que o local é um fragmento do global. A educação não está à margem do desenvolvimento, pois incorpora elementos estruturalmente determinados. Numa sociedade capitalista, o conhecimento é fundamentado em relações tipicamente mercadológicas, relacionadas à propriedade, ao trabalho, à economia e ao Estado.

Considerando a necessidade de formação e qualificação que demanda a sociedade atual, estes empreendimentos funcionam com déficit enorme. Porém, chama a atenção o fato de o investimento em educação não estar incorporado à dinâmica de funcionamento nem às suas prioridades. E nos referimos à formação não apenas como escolarização, mas também e fundamentalmente no sentido de gestão cooperativa e da capacitação e qualificação técnica e profissional (ICAZA, 2004, p. 48).

Quando grupos sociais se mobilizam, em virtude de um processo de exclusão produtiva e social, e decidem organizar um empreendimento econômico, suas ações estão inseridas, eminentemente, em relações de mercado. Tra-

balhar, produzir e vender exige conhecimento específico, não apenas este, visto que empreendimentos são compostos por indivíduos diversos, múltiplos, com concepções particulares sobre a realidade. Porém, desenvolver habilidades e competências permite criar condições de viabilidade em empreendimentos coletivos. Os agentes sociais, quando interagem na mobilização e ação coletiva, desenvolvem uma conscientização sobre seu contexto, que têm origem no processo educativo.

Para o empreendimento solidário essa característica é a base de todas as práticas, pois solidifica a autogestão, a democracia e a solidariedade entre os atores. Porém, essa base organizativa está inserida em uma organização econômica, que tem como premissa aumentar a renda familiar e garantir a subsistência material.

Dessa forma, é imprescindível que o empreendimento solidário desenvolva ferramentas de gestão como planejamento, gerenciamento e capacitação, objetivando a eficiência e viabilidade econômica do empreendimento.

Adiciona-se a essa preocupação a necessidade de formação de sujeitos cognoscentes críticos e criativos que possam imaginar e organizar empresas sociais, mobilizar recursos, tecnologias, mercados para o desenvolvimento de uma economia que se embasa na cooperação e estructure uma sociedade solidária e sustentável (ZART, 2006, p. 119).

Nesse contexto a educação voltada para a formação técnica e profissional, se insere como estruturadora de uma forma de conhecimento específica, responsável por resignificar as práticas empresariais tradicionais³ para se adequarem a empreendimentos de economia solidária. Esse novo significado deve contemplar a organização do trabalho e produção autogestionária, decisões democraticamente tomadas e divisão de sobras; o foco principal são as pessoas e não o lucro.

Portanto, não se trata de educar para o trabalho, mas de fazer dele uma aprendizagem estimuladora dos resultados materiais da produção e de fazê-lo como grupo, com as dimensões sociais que encerra de trabalho cooperativo e soli-

dário. Trata-se de fazer com que o trabalho cooperativo e solidário. Trata-se de fazer com que o trabalho socialmente produtivo seja, ao mesmo tempo, educativo (GUTIÉRREZ, 2005a, p. 101).

As referências anteriores sobre a importância do processo educativo, oriundos de iniciativas externas, destacam a importância da conscientização induzida. Esta pode ser conceituada como a capacidade de compreensão das relações organizacionais no espaço produtivo, possibilitada pela formação técnica e gerencial proveniente da interação de saberes gerados internamente e externamente ao empreendimento solidário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia solidária se insere no contexto social mediante de alternativas econômicas criadas com o objetivo de gerar renda a trabalhadores excluídos do mercado de trabalho. Essas alternativas são pautadas pela solidariedade, democracia, respeito mútuo e cooperação. Isso define uma identidade própria das relações de trabalho, que se diferenciam, essencialmente, de uma empresa capitalista tradicional.

Uma característica importante dos empreendimentos de economia solidária é a multiplicidade de atores envolvidos nos processos, os quais estão inseridos numa diversidade cultural, política e econômica muito ampla. Nessa perspectiva, as interações de diferentes agentes sociais, sejam internos ou externos, produzem saberes característicos da economia solidária. Pode-se dizer desta forma, que a economia solidária é um processo educativo, pois possibilita, fundamentalmente, a construção de conhecimento desde a mobilização coletiva até a organização gerencial do empreendimento.

A economia solidária proporciona mais que a viabilidade econômica de empreendimentos solidários, sua abrangência compreende diferentes formas de desenvolvimento que transcendem a satisfação material dos agentes sociais. Seu projeto está alicerçado na transformação da realidade de trabalhadores excluídos, que se mobilizam e se organizam na busca de alternativas que os transformem em protagonistas de seu próprio desenvolvimento.

³Essas práticas são baseadas na obtenção de lucro, heteronomia no trabalho, organização hierarquia e compromisso com o mercado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E.; VILLAR, M. E. V.; NAKANO, M. A. participação efetiva e a conquista da autonomia. GAIGER, L. I. (Org.). **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GUTIÉRREZ, F. Educação comunitária e desenvolvimento sócio-político. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Orgs.). **Educação comunitária e economia solidária**. São Paulo: Editora Cortez, 2005. (Coleção Questões da Nossa Época, Vol.25).

_____. Alcances educativos do fator “C”. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Orgs.). **Educação comunitária e economia solidária**. São Paulo: Editora Cortez, 2005a. (Coleção Questões da Nossa Época, Vol.25).

ICAZA, A. M. S. Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul. GAIGER, L. I. (Org.). **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. Economia solidária. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Orgs.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

MANCE, E. A. **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, IFIL, 2003.

SEN, A. K. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2003.

ZART, L. L. As possibilidades de construir uma sociedade alternativa: a sócio-economia solidária. In: ZART, L. L. (Org.). **Educação e Sócio-Economia Solidária**. Paradigmas de Conhecimento e de Sociedade. Série Sociedade Solidária (Vol. 1). Cáceres: Editora Unemat,

2004.

_____. Dimensões formativas para a construção de práticas sociais relativas ao cooperativismo solidário. In: ZART, L. L.; SANTOS, J. C. (Orgs.). **Educação e Sócio-Economia Solidária**. Interação Universidade–Movimentos Sociais. Série Sociedade Solidária (Vol. 2). Cáceres-MT: Editora Unemat, 2006.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO

RESUMO: A economia solidária tem como finalidade o desenvolvimento de alternativas ao modelo econômico dominante, o qual vem gerando a impossibilidade de acesso de trabalhadores à subsistência material e a melhores condições de vida. A economia solidária, como base dos empreendimentos econômicos solidários, exige dinâmicas grupais participativas, dialógicas e uma educação que desenvolva saberes emancipatórios. O presente texto visa demonstrar a proposta pedagógica da economia solidária para o desenvolvimento de práticas baseadas na troca e construção de conhecimentos. Para isso, é apresentada uma reflexão com o objetivo de explorar conexões e alguns contornos da relação entre educação e economia solidária. O processo educativo decorre do múltiplo entrelaçamento dos sujeitos que proporcionam saberes construídos no interior dos grupos sociais – geradores de uma conscientização espontânea – e outros aprendizados construídos com agentes externos que apoiam as iniciativas de geração de trabalho e renda – constitutivos de uma conscientização induzida. A economia solidária proporciona mais que a viabilidade econômica de empreendimentos solidários, sua abrangência compreende diferentes formas de desenvolvimento que transcendem a satisfação material. Seu projeto está alicerçado na transformação da realidade de trabalhadores excluídos, que se mobilizam e se organizam na busca de alternativas para geração de trabalho e renda.

PALAVRAS-CHAVE: Economia solidária; Educação; Conscientização.